



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
 RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

### SENTENÇA

Processo nº: **1011253-89.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Diego Luchesi Sampaio e outro**  
 Requerido: **Diva Sorensen Sampaio**

Juiz de Direito: Dr. Caio Cesar Melluso

Vistos.

Defiro os benefícios da justiça gratuita à parte autora. **Anote-se.**

Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora solicita expedição de alvará para levantamento de resíduo do benefício previdenciário (INSS) a que fazia jus a falecida, Diva Sorensen Sampaio (avó dos requerentes), NB: 21/070.084.548-8 e NB: 41/082.366.884-3.

Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da Lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da Previdência Social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a Previdência Social, e os herdeiros estão representados nos autos.

Pelo exposto, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o autor, Diego Luchesi Sampaio, CPF nº 365.661.328-13, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento dos valores não recebidos em vida pela falecida, Diva Sorensen Sampaio, CPF nº 159.915.618-00, referente ao resíduo dos benefícios previdenciários (INSS) NB: 21/070.084.548-8 e NB: 41/082.366.884-3.

Em consequência, julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Por tratar-se de ato incompatível com a vontade de recorrer (art. 1.000, do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado** na data da prolação desta sentença, **dispensando-se o Cartório de emitir certidão.**

Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência, em razão do caráter voluntário da ação, observando-se a concessão da gratuidade.

Expeça-se alvará e, em seguida, cumpridas as formalidades legais, remetam-se ao

**1011253-89.2018.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

arquivo.

**P. I.C.**

São Carlos, 23 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**